

Estudo Técnico Preliminar 14/2023

1. Informações Básicas

Número do processo: 50000.010857/2023-19

2. Justificativa

Justifica-se a contratação tendo em vista que o contrato de serviços de transportes, firmado pelo contrato nº 25/2022, **terá sua vigência encerrada em 14 de dezembro de 2023**, sem interesse por parte da contratada em renovação, fazendo-se assim, necessário nova contratação para suprir as demandas de transferência de bens e documentos entre as Unidades do Ministério dos Transportes e Ministério de Portos e Aeroportos, bem como de deslocamentos de mudança dos servidores nomeados para trabalhar em Brasília ou retornando ao seu órgão de Origem.

Considerando que estes Ministérios possuem sua sede em Brasília, e visando atender as necessidades provenientes dos pedidos de transportes de mobiliários e bagagens de servidores e seus dependentes, configura-se esse, em serviço continuado, em razão que a interrupção poderá comprometer a continuidade das atividades da Administração Pública.

Posto isto, uma eventual paralisação dos serviços implica prejuízos às ações desenvolvidas pelos citados Órgão. Torna-se imprescindível em virtude da indenização do auxílio transporte, de acordo com o Decreto nº 4.004, de 08 de dezembro de 2001, alterado pelo Decreto nº 4.063, de 26 de dezembro de 2001, art. 1º, item III, §1 e 2º, e Art. 9º, item I e II.

3. Legislação aplicada

Lei 14.133, de 01 de abril de 2021 - estabelece normas gerais de licitação e contratação para as Administrações Públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios

Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1/2010 - Dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal.

Decreto nº 8.538/2015 - Regulamenta o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para as microempresas, empresas de pequeno porte, agricultores familiares, produtores rurais pessoa física, microempreendedores individuais e sociedades cooperativas de consumo nas contratações públicas de bens, serviços e obras no âmbito da administração pública federal.

Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 5/2017 - Dispõe sobre regras e diretrizes para do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta ou obras pela Administração Pública Federal Direta, autárquica e fundacional.

Decreto nº 9.507/2018 - Dispõe sobre a execução indireta, mediante contratação, de serviços da administração pública federal, direta, autárquica e fundacional e das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União.

Portaria nº 443/2018 - Estabelece os serviços que serão preferencialmente objeto de execução indireta, em atendimento ao disposto no art. n.º 2 do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018.

Decreto nº 10.024/2019 - Regulamenta a licitação, na modalidade pregão, na forma eletrônica, para a aquisição de bens e a contratação de serviços comuns, incluídos os serviços comuns de engenharia, e dispõe sobre o uso da dispensa eletrônica, no âmbito da administração pública federal

Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022, que dispõe sobre a licitação pelo critério de julgamento por menor preço ou maior desconto, na forma eletrônica, para a contratação de bens, serviços e obras, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.

Instrução Normativa SEGES/ME nº 58/2022, que dispõe sobre a elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares - ETP, para a aquisição de bens e a contratação de serviços e obras, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e sobre o Sistema ETP digital.

Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021, que dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

4. Descrição da necessidade

Contratação de empresa especializada em serviço de transporte rodoviário interestadual, intermunicipal e local de mobiliário em geral, cargas, encomendas, documentos, bagagens, veículos e demais objetos de propriedade ou de interesse do Ministério dos Transportes - MT e Ministério de Portos e Aeroportos - MPOR, **PRESTADO SOB DEMANDA**, por um período de 12 meses, prorrogáveis por iguais períodos até 60 meses.

5. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Divisão de Material e Patrimônio	Vagner Gonçalves Benck de Jesus

6. Descrição dos Requisitos da Contratação

REQUISITOS NECESSÁRIOS PARA ATENDIMENTO DA NECESSIDADE

A presente contratação contempla as necessidades do Ministério dos Transportes - MT e Ministério de Portos e Aeroportos - MPOR, em transportes de mobiliário, objetos, cargas, encomendas e documentos de posse ou interesse desta pasta, bem como, mobiliário e bagagens dos agentes públicos e seus dependentes que, no interesse da administração, for mandado servir em nova sede, com mudança de domicílio em caráter permanente, em todo o território nacional, nos casos previstos na Lei 8.112 de 11 de dezembro de 1990 e do Decreto nº 4.004 de 08 de novembro de 2001.

A CONTRATADA deverá possuir escritório no Distrito Federal ou entorno, aparelhamento e pessoal técnico adequado e disponível para a realização do objeto da licitação, desta forma não haverá necessidade de deslocamentos, nem de hospedagem.

As obrigações da CONTRATADA e CONTRATANTE estarão previstas no Termo de Referência.

O serviço será prestado SOB DEMANDA e de acordo com as necessidades do Ministério dos Transportes e Ministério de Portos e Aeroportos, solicitado no decorrer da vigência contratual. No preço proposto deverão estar inclusas todas as despesas operacionais e administrativas, encargos sociais (previdenciários e trabalhistas) tributos (impostos, taxas e contribuições) e demais despesas decorrentes de exigência legal ou das condições para fornecimento dos serviços.

O seguro da bagagem, cuja taxa não estará incluída no preço proposto pela licitante, corresponderá a 1% (um por cento), sobre o valor declarado dos bens/documentos a serem transportados.

A CONTRATADA deverá prestar serviços de abrangência nacional, devendo, para tanto, comprovar que possui capacidade logística para atender as demandas nas 27 unidades da Federação — 26 Estados e o Distrito Federal.

A CONTRATADA deverá visitar o local de origem, indicado pelo Fiscal ou seu substituto, em data e horário previamente agendados com o servidor designado ou com o servidor usuário dos serviços, a fim de estimar a metragem cúbica da mudança, as embalagens necessárias e os cuidados a serem tomados na execução dos serviços, para evitar danos aos bens e ao imóvel, bem como pré-agendar a data e o horário de realização da coleta.

A metragem cúbica (cubagem) deve ser estimada por meio de instrumento(s) e sistema(s) pertinentes, não sendo admitida a estimativa meramente visual.

A metragem cúbica mínima a ser transportada será de 5 metros cúbicos.

A CONTRATADA deverá efetuar a desmontagem, acondicionamento e embalagem dos bens no local de origem, transporte, desembalagem, montagem e remoção do material de embalagem usado, no local de destino. O descarte do material de embalagem, caso ocorra, deverá obedecer normas ambientais vigentes.

Designar um preposto que exercerá a supervisão permanente dos serviços, de modo a obter uma operação correta, e eficaz, o qual, além de ser o contato com a CONTRATANTE, responderá pela execução de todos os serviços prestados, sendo capaz, ainda, de tomar decisões compatíveis com os compromissos assumidos.

A CONTRATADA deverá providenciar, quando solicitado, o armazenamento/depósito dos bens transportados, na cidade de destino, por até 15 (quinze) dias corridos, sem custo adicional a CONTRATANTE.

A CONTRATADA deverá acordar com a CONTRATANTE, ou com o servidor usuário quando for o caso, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, data e horário de coleta da mudança.

Na execução dos serviços a CONTRATADA deverá utilizar preferencialmente veículos do tipo baú ou outro meio sugerido pela empresa e aprovado pelo Fiscal do contrato, desde que não onere o contrato, respeitadas as condições estabelecidas.

No transporte de mudança de bens de servidores será observado o volume permitido pelo Decreto nº 4.004, de 08 de novembro de 2001, que é de até 33 m³ (trinta e três metros cúbicos) ou 11.700 kg (onze mil e setecentos quilogramas).

Quanto a habilitação técnica, deverão ser apresentados os seguintes documentos:

- Inscrição no Registro Nacional de Transportadores Rodoviários de Cargas (RNTRC) da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT).
- Declaração de que possui capacidade operacional (infraestrutura, frota e mão de obra) suficiente para atender aos quantitativos estimados no instrumento convocatório, prevendo, inclusive, a execução simultânea de mais de uma solicitação de serviço.
- No mínimo, 01 (um) atestado fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, o qual comprove que a licitante prestou ou está prestando, de forma satisfatória, serviços pertinentes e compatíveis em características e prazo com o objeto do instrumento convocatório.

Para as quantidades a licitante deve comprovar um volume mínimo de serviços de 50% do valor total licitado, conforme artigo 67, da Lei 14.133/2021.

O serviço a ser contratado não possui características especiais que limitem a competição no certame licitatório, conforme se verificou nas licitações anteriores do mesmo objeto. Sendo, geralmente, uma solução padronizada no ramo de fornecimento desse tipo de serviço para o setor público.

NATUREZA CONTINUADA DO SERVIÇO

O serviço a ser licitado caracteriza necessidade permanente desta Administração, sendo fundamental para realização das atividades instrumentais ou complementares das atividades finalísticas do Órgão. A falta ou interrupção na prestação dos serviços pode impactar negativamente na qualidade, na capacidade laborativa e na segurança patrimonial, com possibilidade de dano ao interesse público. Desse modo, o serviço pretendido possui natureza continuada, de acordo com o art. 15 da IN nº 05/2017, do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

CRITÉRIOS E PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE

Dentre as recomendações voltadas para a sustentabilidade ambiental, a presente licitação observará critérios elencados na Instrução Normativa nº 01 de 19 de janeiro de 2010 da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão, devendo inclusive, observar as recomendações quanto à responsabilidade do fornecedor pelo recolhimento e descarte do material;

Foi consultado o Guia Nacional de Licitações Sustentáveis”, da CGU/AGU, em especial o constante na página 89;

Caberá ainda à CONTRATADA a aplicação de todos os demais critérios de sustentabilidade ambiental previstos na legislação vigente.

NATUREZA DO OBJETO

A natureza do objeto a ser contratado enquadra-se na categoria de serviços comuns, nos termos do parágrafo único, do art. 1º, da Lei 10.520 de 17 de julho de 2002, pois os padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos, por meio de especificações usuais no mercado.

A presente contratação será realizada por meio de processo licitatório, na modalidade Pregão Eletrônico, cujo critério de julgamento será o de menor preço.

DURAÇÃO INICIAL DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

A vigência inicial do contrato será de 12 (doze) meses, a contar da data de assinatura do contrato, podendo ter a sua duração prorrogada por sucessivos períodos de 12 (doze) meses, nos termos do artigo 106, da Lei nº 14.133/2021, até o limite máximo de 60 (sessenta) meses, com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a Administração.

REGIME DE EXECUÇÃO ADOTADO

A presente contratação adotará como regime de execução a Empreitada por Preço Unitário inciso XXVIII, do artigo 6, da lei 14.133/2021.

NECESSIDADE DE TRANSIÇÃO GRADUAL DE CONHECIMENTO, TECNOLOGIA E TÉCNICAS EMPREGADAS

Não haverá necessidade de transição gradual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas;

SUBCONTRATAÇÃO

É permitida a subcontratação parcial do objeto. Em face da complexidade dos serviços, será facultada a CONTRATADA a subcontratação de transporte por via fluvial/aérea, nos trechos em que estes forem necessários ou mais adequados, bem como de caminhões cegonhas, ou similares, para transporte de veículos automotores.

A subcontratação depende de autorização prévia do Fiscal de Contrato ou seu substituto da CONTRATANTE, e desde que sejam garantidos os critérios de qualidade.

Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da CONTRATADA pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a CONTRATANTE pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação

SEGURO-GARANTIA

O adjudicatário prestará garantia de execução do contrato, nos moldes do artigo 96, II, da Lei 14.133/21, com validade durante a execução do contrato e por 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato.

ADOÇÃO DE CONSÓRCIO

No caso da presente contratação, será vedada a participação de interessadas que se apresentem constituídas sob a forma de consórcio, justificada pela baixa complexidade dos serviços pretendidos e pela existência de empresas no mercado nacional, individualmente, com qualificação técnica e econômico-financeira suficientes para a execução de serviços dessa natureza.

A ausência de consórcio não trará prejuízos à competitividade do certame, visto que, em regra, a formação de consórcios é admitida quando o objeto a ser licitado envolve questões de alta complexidade ou de relevante vulto, em que empresas, isoladamente, não teriam condições de suprir os requisitos da habilitação do edital.

Tendo em vista que é prerrogativa do Poder Público, na condição de contratante, a escolha da participação, ou não, de empresas constituídas sob a forma de consórcio,

com as devidas justificativas, conforme determina o artigo 15 da Lei nº 14.133/2021, conclui-se, pelos motivos expostos, que a vedação da constituição de empresas em consórcio, para o caso concreto, é o que melhor atende o interesse público, por prestigiar os princípios de competitividade, economicidade e moralidade.

PARTICIPAÇÃO DE COOPERATIVAS

Será admitida, conforme disposto no artigo 16 da Lei nº 14.133/2021.

DECLARAÇÃO

Declaração do licitante de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço.

CONSULTA AOS DECRETOS DE MARGEM DE PREFERÊNCIA

Após consultas realizadas em sítios eletrônicos, a Equipe de Planejamento constatou que ainda não há registro de publicação de Decreto de regulamentação para estabelecimento de margem de preferência para a contratação em tela.

CONSULTA AO CADERNOS DE LOGÍSTICA

Destacamos que foram consultados os cadernos de logística específico, conforme portal de compras: https://www.gov.br/compras/pt-br/agente-publico/cadernos-de-logistica/midia/servicos_transportes.pdf, não obstante não se aplica à presente contratação.

GOVERNO DIGITAL

A CONTRATADA deverá se atentar e atender a todas as recomendações expedidas pela Secretaria de Gestão do Ministério da Economia, em especial no que tange aos direcionamentos levantados nas orientações e procedimentos referentes aos impactos da reforma trabalhista nos contratos da administração. Tais direcionamentos podem ser localizados no sítio eletrônico: <https://www.gov.br/compras/pt-br/centrais-de-conteudo/orientacoes-e-procedimentos/impactos-da-reforma-trabalhista-nos-contratos-da-administracao>

7. Levantamento de Mercado

Nos pregões pesquisados, a solução utilizada foi a contratação de uma empresa especializada na prestação de serviços de transporte rodoviário, pelo fato de ser um serviço passível de execução indireta. Diante dessa temática, a solução a ser adotada

é equivalente às encontradas, ou seja, contratar os serviços de uma empresa adequadamente autorizada a prover atividades acessórias de grande relevância.

Verificou-se porém, que podem existir variações de preço, em razão da qualidade dos serviços e das exigências da empresa. Outro fator que pode variar é o tipo de unidade de fornecimento como serviço, frete, dias, horas, etc.

ÓRGÃO	PREGÃO	UASG	OBJETO
AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT	08/2022	393001	Contratação, por meio do Sistema de Registro de Preços, de empresa especializada na prestação de serviços de transporte rodoviário de cargas, em âmbito nacional, para atender a demandas da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, conforme condições, quantidades, exigências e estimativas, estabelecidas neste Edital e seus anexos.
POLÍCIA FEDERAL	35/2020	200334	Contratação de serviços de transporte de mudança, compreendendo a mudança de mobiliário em geral, eletrodomésticos, equipamentos eletroeletrônicos e equipamentos de informática e quaisquer outros bens de propriedade da Polícia Federal, nas modalidades transporte terrestre, porta a porta
CONTROLADORIA - GERAL DA UNIÃO CGU	13/2020	370001	Contratação de empresa especializada na prestação, de forma contínua, de serviços de transporte rodoviário de carga local, intermunicipal e interestadual, compreendendo bens patrimoniais, veículos automotores e demais objetos de propriedade ou de interesse da Contratante e suas Unidades Regionais, bem como mobiliário e bagagens de propriedade de servidores

Cumprir informar que não foi necessária a utilização de audiência pública em virtude do resultado das pesquisas no site de compras do governo, www.gov.br, foram suficientes para comprovar a viabilidade da metodologia e a disponibilidade de empresas para execução do objeto

8. Descrição da solução como um todo

Contratação de empresa especializada em serviços contínuos de transporte rodoviário interestadual, intermunicipal e local de mobiliário em geral, cargas, encomendas, documentos, bagagens, veículos e demais objetos de propriedade ou de interesse

Ministério dos Transportes e Ministério de Portos e Aeroportos, em âmbito nacional, bem como de seus servidores, quando amparados pelo Decreto nº 4.004, de 08 de novembro de 2001, alterado pelo Decreto nº 4.063/2001 (ou legislação aplicável).

9. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

Para a estimativa do quantitativo(m³) para o próximo contrato, analisou -se o quantitativo da contratação atual (Contratos nº 17/2016, 15/2020 e 25/2022) celebrado entre o MT e Transportadora Ney, conforme quadro abaixo.

A projeção de quantitativo para o Ministério dos Transportes - MT foi obtida por meio da média simples de m³ dos últimos quatro anos.

Para o Ministério de Portos e Aeroportos - MPOR, foi calculado um acréscimo de 25% sobre a média final da quantidade do MT.

Este quantitativo atenderá de forma eficiente e suficiente as demandas dos dois Órgãos, em torno do objeto deste Estudo.

Salientamos ainda que os quantitativos dispostos nesta tabela são estimados e não constituem obrigação de contratação, uma vez que não é possível prever o número exato de mudanças de domicílio a serem realizadas anualmente por servidores removidos para servir em nova sede em caráter permanente, nem o total de transporte de bens/documentos de propriedade ou interesse dos Ministério dos Transportes e Ministério de Portos e Aeroportos que serão transportados.

Grupo	Item	Distância (km)	Volume utilizado em 2019 (m³)	Volume utilizado em 2020 (m³)	Volume utilizado em 2021 (m³)	Volume utilizado em 2022 (m³)	Estimativa de volume (m³) - para próximo contrato. MT	Estimativa de volume (m³) - para próximo contrato. MPOR	Estimativa de volume (m³) TOTAL
1	1	Até 50	871	10.050	640	0	2.890	723	3.613
	2	51 a 500	180	421	0	5	152	37	189
	3	501 a 1.500	190	207	1.140	295	458	115	573
	4	1.501 a 2.500	257	194	25	150	157	39	196

5	2.501 a 3.000	0	0	160	0	40	10	50
6	Acima de 3.000	0	10	60	0	18	4	22
Total		1.498	10.882	2.025	450	3.715	919	4.643

10. Estimativa do Valor da Contratação

A estimativa de valor da contratação realizada neste Estudo Técnico Preliminar visa levantar o eventual gasto com a solução escolhida de modo a avaliar a viabilidade econômica da opção.

Levando em consideração as médias dos valores dos Contratos nº 17/2016, 15/2020 e 25/2022, que possuem o mesmo objeto da pretensa contratação, com o devido reajuste aplicado de 25%, de forma a atender o Ministério dos Transportes e Ministério de Portos e Aeroportos, estima-se o valor anual de **R\$ 309.745,36** (trezentos e nove mil setecentos e quarenta e cinco reais e trinta e seis centavos), sabendo que esse valor poderá sofrer alterações quando da realização da Pesquisa de Preços, tendo em vista a realidade econômica - financeira do país e as consequências inflacionárias vigentes.

Grupo	Item	Faixa de Distância (KM)	Distância (km) máxima considerada	Volume estimado anual MT (m³)	Total de m³ x Km	Valor Unitário* (Km rodado) <small>*Valor praticado no último contrato</small> (R\$)	Valor Total por faixa de distância (R\$)
			A	B	C = A x B	D	E = C x D
1	1	Até 50	50	2.890	144.500	0,6774	97.884,30
	2	51 a 500	500	152	76.000	0,1592	12.099,20
	3	501 a 1.500	1.500	458	687.000	0,1015	69.730,50
	4	1.501 a 2.500	2.500	157	392.500	0,0769	30.183,25
	5	2.501 a 3.000	3.000	40	120.000	0,0787	9.444,00

	6	Acima de 3.000	3.000	18	54.000	0,0849	4.584,60
TOTAL ESTIMADO MT						R\$ 223.925,85	

Grupo	Item	Faixa de Distância (KM)	Distância (km) máxima considerada	Volume estimado anual MPOR (m³)	Total de m³ x Km	Valor Unitário* (Km rodado) *Valor praticado no último contrato (R\$)	Valor Total por faixa de distância (R\$)
			A	B	C = A x B	D	E = C x D
1	1	Até 50	50	723	36.150,00	0,6774	24.488,01
	2	51 a 500	500	37	18.500,00	0,1592	2.945,20
	3	501 a 1.500	1.500	115	172.500,00	0,1015	17.508,75
	4	1.501 a 2.500	2.500	39	97.500,00	0,0769	7.497,75
	5	2.501 a 3.000	3.000	10	30.000,00	0,0787	2.361,00
	6	Acima de 3.000	3.000	4	12.000,00	0,0849	1.018,80
TOTAL ESTIMADO MPOR							55.819,51

A pesquisa de preços será realizada pelo Serviço de Compras e Pesquisa de Preço - SECOP/DILIC após a elaboração de todos os artefatos da contratação pela área requisitante, em consonância com as diretrizes dispostas na Instrução Normativa 65 /2021, da Secretaria de Gestão do Ministério da Economia.

Deverá ser incluído no valor cobrado por cada transporte, seguro de 1 % (um por cento) sobre o valor total das mercadorias/bens/documentos a serem transportadas.

Na tabela abaixo foi estipulado o valor total de cargas a serem transportadas de R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais), o que resultou em valor total de seguro de R\$ 30.000,00, sendo somente uma expectativa.

ÓRGÃO	VALOR	Seguro de 1% sobre o valor estimado de cargas	TOTAL GERAL
Ministério dos Transportes	R\$223.925,85	R\$ 22.500,00	R\$ 246.425,85
Ministério de Portos e Aeroportos	R\$ 55.819,51	R\$ 7.500,00	R\$ 63.319,51
TOTAL	R\$ 279.745,36	R\$ 30.000,00	R\$ 309.745,36

11. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

O objeto será formado por um único grupo, composto por seis itens, e será adjudicado a um único fornecedor.

Os itens serão distribuídos por um único grupo, com isso a contratação será mais satisfatória do ponto de vista da eficiência técnica, devido à concentração de responsabilidade pela execução dos serviços em uma só empresa, objetivando garantir resultados mais satisfatório. Além de facilitar o controle dos serviços pela fiscalização.

Levando em consideração que existe um amplo mercado fornecedor e que em uma economia de escala o aumento do quantitativo produz a redução do preço, o agrupamento não trará prejuízo para a competitividade e ainda reduzirá o seu custo com a referida contratação.

12. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não há no âmbito deste Ministério contratações correlatas e/ou interdependente com o objeto da contratação em referência.

13. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

O serviço de Transporte Rodoviário de Cargas é um serviço essencial para o atendimento das necessidades internas por infraestrutura e logística, em

consonância com a seguinte diretriz do Mapa Estratégico do Ministério dos Transportes: "Prover infraestrutura corporativa tecnológica e suporte logísticos integrados, seguros e de alto desempenho".

A presente contratação também está contemplada no Plano de Contratação Anual de /2024 do Ministério dos Transportes, conforme Documento de Formalização da Demanda DFD nº 130/2023, em atendimento a Instrução Normativa nº 1, de 10 de janeiro de 2019, do Ministério da Economia.

14. Resultados Pretendidos

Atender as solicitações dos setores e servidores do Ministério dos Transportes e Ministério de Portos e Aeroportos, em relação ao transporte de mobiliário em geral, cargas, documentos, bagagens, veículos e demais objetos de propriedade ou de interesse dos Ministérios em questão.

15. Providências a serem Adotadas

Nesta contratação, não há a necessidade do Ministério dos Transportes e Ministério de Portos e Aeroportos dispor de adequações para contratação do serviço objeto deste Estudo.

16. Possíveis Impactos Ambientais

Não se vislumbra impacto ambiental direto em face da execução do contrato. Contudo, possíveis impactos serão mitigados por meio da observância aos critérios e práticas de sustentabilidade definidos na Instrução Normativa nº 01 de 19 de janeiro de 2010 da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão, devendo inclusive, observar as recomendações quanto à responsabilidade do fornecedor pelo recolhimento e descarte do material.

17. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

17.1. Justificativa da Viabilidade

Os estudos preliminares evidenciaram que a contratação da solução descrita no item "DESCRIÇÃODASOLUÇÃOCOMO UM TODO" se mostra tecnicamente possível e fundamentadamente necessária.

Diante do exposto, declara-se ser viável a contratação pretendida

18. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

DAIANA MILDENBERGER KNEVITZ

Membro da comissão de contratação

VAGNER GONCALVES BENCK DE JESUS

Membro da comissão de contratação

BRUNO GOMES RODRIGUES

Membro da comissão de contratação